

A EXPERIÊNCIA DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS VOLUNTÁRIOS EM UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRESOS

Renata Bernardo¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de apontar as possibilidades e limites da aplicação do Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI), na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC), mediante a atuação de alunos da Universidade São Francisco como voluntários na alfabetização de jovens e adultos. Participaram da pesquisa, quatro universitários voluntários que foram professores alfabetizadores na instituição carcerária. Fez-se uso de um questionário, com perguntas abertas, e referentes aos aspectos do programa aplicado. As perguntas pautaram-se na educação de jovens e adultos, no trabalho voluntário desenvolvido e nas implicações de ambos no contexto da prisão. Mediante os dados coletados das respostas, realizou-se análise qualitativa, obtendo-se a caracterização do perfil do professor voluntário, sendo aluno universitário, na educação de jovens e adultos, bem como sobre a implementação de uma política pública no contexto carcerário.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; instituições carcerárias; pai (projeto de alfabetização e inclusão).

Se levarmos em conta os homens
tais como são, faremos piores do que são.
No entanto, se os tratarmos como se
fossem o que deveriam ser, os levaremos
aonde têm de ser levados.
(J. W. Von Goethe)

¹ Professor assistente na Universidade São Francisco. Mestre em Educação. brenatta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Na década de 30, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, sendo uma delas o processo de industrialização, a concentração populacional em centros urbanos e a educação básica de adultos delimitavam sua história de educação no Brasil. O ensino básico acolheu setores sociais diversos; no entanto, o governo federal ampliou uma educação elementar para todos, incluindo a educação para adultos, principalmente nos anos 40.

Em 1945, com o final da ditadura de Vargas, com o recém término da Segunda Guerra Mundial e a Organizações das Nações Unidas (ONU), alertando sobre urgência da integração dos povos visando à paz e a democracia foi um fator importante para que a educação de adultos ganhasse destaque, pois era necessário aumentar as bases eleitorais no país para a sustentação do governo central.

Sendo assim, em 1947, a educação de adultos se tornou uma campanha nacional, com a pretensão de alfabetizar em três meses e a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses, o que seria uma etapa de "ação em profundidade", voltada para a capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário.

Ao final da década de 50, houvera muitas críticas relacionadas à Campanha de Educação de Adultos, dirigidas à parte administrativa, financeira e pedagógica. Relacionadas ao curto período de alfabetização, a inadequação do método para adultos e para as diferentes regiões do país. Tudo isso convergiu em um novo olhar para o analfabetismo brasileiro, onde despertou a curiosidade de um educador de Pernambuco, Paulo Freire.

O pensamento de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, foi mola mestra para se iniciar os principais programas de alfabetização e educação popular, que se realizaram no início dos anos 60. Vários grupos de educadores se integraram a pressionar o governo federal para que se estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas, culminando na aprovação do Plano de Alfabetização, em janeiro de 1964, com o objetivo de difundir a proposta de Paulo Freire por todo o Brasil.

Graças a Paulo Freire e a sua pedagogia, o programa de alfabetização para adultos teve ótimos resultados. Este programa tinha a grande preocupação com os direitos humanos, contribuindo com o cidadão: homem ou mulher.

Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos, onde o alfabetizador realizaria uma pesquisa sobre a realidade existencial dos educando junto ao qual iria atuar, ou seja, as palavras utilizadas no cotidiano do grupo para expressar essa realidade. Essas seriam as palavras geradoras, e a partir delas se realizaria o estudo da leitura como a da realidade, procurando expressar o universo vivencial dos alfabetizados.

Esta proposta durou pouco tempo, pois com o golpe militar em 64, Paulo Freire foi exilado e os programas de alfabetização e educação popular foram ameaçados e assim reprimidos. O governo assumiu o controle, lançando o Movimento Brasileiro de Alfabetização: O Mobral. Esse material didático se expandiu por todo o Brasil com a intenção de alfabetizar, mas com o passar do tempo se tornou um material sem eficiência, sem sentido e problematizado.

Grupos dedicados à educação popular continuaram a expandir a proposta de Paulo Freire em pequenos e isolados vilarejos vinculados a movimentos populares, enquanto Freire seguia trabalhando no Chile e depois em países africanos.

Para Freire (1991, p. 36), "faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa da raça, de classe, de gênero ofende a subjetividade do ser humano e nega radicalmente a democracia".

Contudo, no final do ano de 1995, foi fundada a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos no Brasil, uma entidade sem fins lucrativos, suprapartidária e supra-religiosa, tendo como finalidade a educação em direitos humanos e a uma sociedade mais justa, focando a democracia, a justiça e a paz.

A partir de meados da década de 80, surgiram estudos sobre o aprendizado da língua e a escrita lançando novos olhares sobre a prática de alfabetização. A argentina Emília Ferreiro se destaca entre os educadores, dizendo que não se aprende baseado apenas na silabação, mas também pelos conhecimentos prévios que o educando traz dentro de si. Esta proposta começou a fazer parte recentemente nas propostas pedagógicas para adultos, onde são trabalhados com materiais didáticos que atribui mais diversidade de textos e propostas de escritas.

Com o advento da nova Constituição Federal brasileira e depois com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) na década de 90, instaurou-se novas diretrizes

para a alfabetização de adultos, através da modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nos últimos anos, a realidade da educação no Brasil tem sido alvo de denúncias pautadas, principalmente, em duas vertentes: crítica ao nível de competência dos processos de ensino e seus resultados e a pouca eficácia das políticas públicas de educação. Permanecer no nível das denúncias é ficar no campo da constatação dos problemas. Estes existem. Falta o enfrentamento dos mesmos, para atingir suas causas e alterar seus efeitos.

Alfabetizar milhões de jovens e adultos que nunca frequentaram a escola, mostra-se um desafio para o governo nacional que através de suas políticas públicas tem como incumbência viabilizar de forma efetiva o direito ao acesso à educação para essa clientela.

Muitas são as iniciativas governamentais, bem como o surgimento de programas e projetos, que visam parcerias com a sociedade civil para suprir esta demanda. É visto que há uma conjugação de esforços entre sociedade e governo para a mudança desse quadro educacional.

A Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional assegura aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Contudo, a presente pesquisa é oriunda da implantação de uma política pública para a formação de jovens e adultos que não frequentaram a escola na idade regular, através do Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI), iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com uma instituição privada de ensino superior, para a formação de salas de alfabetização de adultos na associação carcerária da cidade de Bragança Paulista, São Paulo.

O foco da presente pesquisa incidiu em identificar quais foram as dificuldades e os resultados positivos da operacionalização do PAI na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC) de Bragança Paulista, partindo da problematização da atuação de universitários voluntários como alfabetizadores e formadores de adultos presos, fazendo a seguinte indagação: O que motivou os alunos da USF a se inserirem como voluntários na Educação de Jovens e Adultos através do PAI – Projeto de Alfabetização e Inclusão na APAC – Associação de Proteção e Atenção Carcerária de Bragança Paulista – SP?

A pesquisa teve como objetivos: verificar quais foram as contribuições que Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) trouxe para a formação dos alunos universitários-voluntários alfabetizadores da Associação de Proteção e Atenção Carcerária de Bragança Paulista (APAC); identificar os entraves no funcionamento do projeto na instituição carcerária; enumerar as contribuições que os universitários voluntários têm na atuação enquanto alfabetizadores, e investigar os impactos do referido projeto perante o exercício da cidadania.

1 O PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO (PAI) E SUA PERSPECTIVA EM UMA INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA

Dentro das políticas implantadas pelo governo do Estado de São Paulo, o Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) destinado aos jovens e adultos, que, no início do ano de 2003 foi lançado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em conjunto com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP), destacou-se como proposta em parceria com instituições privadas de ensino.

Mais do que oferecer serviços sociais, entre eles a educação, as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção dos direitos sociais. O perfil do Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) pautou-se na interação das Universidades e seus diversos serviços com a comunidade local, além de ter como objetivo o oferecimento da alfabetização para jovens e adultos, visando desenvolver atividades de caráter inclusivo, tais como arte e cultura, inclusão digital, atendimento médico e odontológico, apresentando como elemento diferencial o enfoque no resgate da autoestima e cidadania do aluno que, desta forma, pudesse dar continuidade em seus estudos e, assim que saísse da condição de cárcere, inserir-se no mercado de trabalho.

Mediante as parcerias firmadas com as instituições de ensino superior, o projeto tinha como diretriz para as universidades, a formação e capacitação de universitários das Licenciaturas existentes como monitores alfabetizadores, bem como a manutenção e coordenação das salas formadas e seu acompanhamento; para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a incumbência do fornecimento do material didático, bem como a certificação de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

A Universidade São Francisco, com o intuito de aprimorar e estruturar seus projetos de extensão acadêmica e comunitária, procurando atender às necessidades e anseios da população local, através de sua Pró-Reitoria Comunitária, adere ao Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI), com a atuação voluntária dos universitários das licenciaturas existentes, assim como com a Coordenação do curso de Pedagogia e do Programa de *Strictu Sensu* em Educação.

Uma preocupação latente na intencionalidade da aplicação do Projeto de Alfabetização e Inclusão na Universidade São Francisco (USF) fixou-se em dois pontos: a formulação da capacitação aos alunos universitários e a operacionalização decorrente do projeto nos diferentes núcleos formados, sendo classe de alfabetização.

A formação das salas de alfabetização do PAI ocorreu em vários núcleos distintos da região de Bragança Paulista, sendo que o presente estudo teve a pretensão de pesquisar a implantação do PAI na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC) de Bragança Paulista.

A Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC) é uma instituição filantrópica criada em 1993, por cidadãos bragantinos, sob a liderança do Dr. Nagashi Furukawa, então juiz de Direito, tendo como função específica a administração da cadeia pública local, transferindo a denominação de Cadeia Pública de Bragança Paulista para Centro de Ressocialização de Bragança Paulista com apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e participação dos Poderes Judiciário e Legislativo, assim como o Ministério Público, Ordem dos Advogados, Polícia Civil e Conselho da Comunidade, tendo como diretriz básica a humanização do sistema penitenciário de Bragança Paulista.

De acordo com o seu Estatuto foi celebrado o convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Segurança Pública, tendo em vista o repasse da verba pública, onde a APAC assumiu a responsabilidade pela execução de todos os benefícios previstos pela Lei de Execução Penal: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e ao trabalho, bem como a responsabilidade integral pela manutenção, adaptação e ampliação do prédio, além de aquisição dos equipamentos necessários.

No documento consta ainda, que a APAC é constituída por um Conselho Deliberativo e Fiscal, uma Diretoria Executiva,

funcionário da segurança pública e um corpo de 60 (sessenta) voluntários, que desenvolvem atividades de assistência religiosa, jurídica, psicológica, médica, odontológica, social, bem como no âmbito da educação salas de alfabetização e supletivo, abrangendo o Ensino Fundamental. Dentre as atividades dos presos, o trabalho remunerado existe através do fornecimento de serviço de algumas empresas da região bragantina, onde, além de aprender novo ofício, eles obtêm remissão da pena e salário, per capita, em média de um salário mínimo.

A presente pesquisa foi realizada com os alunos voluntários universitários, participantes do projeto da Universidade São Francisco (USF), mediante à análise qualitativa dos dados obtidos, através da aplicação de um questionário constituído de questões abertas e todas referentes à experiência de alfabetizadores de adultos presos. Como demonstram os tópicos a seguir, os procedimentos da pesquisa.

1.1 MÉTODO

Os participantes da pesquisa foram alunos universitários da Universidade São Francisco que atuaram como monitores alfabetizadores voluntários no Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC).

O PAI apresentou-se da seguinte forma na APAC:

Tabela 1 – Caracterização PAI na APAC

Local	Associação de Proteção e Atenção Carcerária de Bragança Paulista – SP
Espaço Físico	Sala de aula da APAC
Turma	1
Aulas	03 aulas por semana com 2 horas-aula/dia
Número de alunos universitários voluntários	4
Número de alunos alfabetizando	4
Data Base	Outubro/2003

Fonte: organização do autor

A caracterização dos participantes segue na tabela 2.

Tabela 2 – Caracterização dos universitários voluntários na APAC

Nº alunos	Curso	Ano	Gênero		Idade
			M	F	
2	Pedagogia	2º	2		38/23
1	Ciências	2º	1		30
1	Biológicas	2º	1		24
1	Direito	2º	1		52

Fonte: organização do autor

Foi utilizado como instrumento para coleta de dados, um questionário elaborado pela autora do presente estudo, com 15 questões abertas.

O questionário foi estruturado para essa pesquisa, segundo os seguintes indicadores:

Implicações na formação de alunos universitários inseridos dentro de um trabalho voluntário;

2 O PROCESSO EDUCACIONAL PARA JOVENS E ADULTOS, TENDO EM FOCO UMA INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA

Diante à implantação do PAI, na APAC de Bragança Paulista, a coordenação do Curso de Pedagogia e do Programa de *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade São Francisco trabalharam em conjunto para a construção das capacitações aos alunos voluntários, pautando-se na proposta da Secretaria da Educação do Estado e, principalmente, contribuindo com experiências adquiridas em participações em outros momentos no mesmo gênero educacional.

Faz-se necessário ressaltar que o projeto pedagógico alicerçou-se nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo premissas para o ensino de jovens e adultos, tendo como foco a alfabetização. Desta forma, as capacitações formuladas contemplaram as duas áreas, permeando o material oferecido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e salientando as inúmeras possibilidades existentes no ensino da

A experiência de alunos universitários... - *Renata Bernardo*

Língua Portuguesa e da Matemática para a clientela em questão, que são adultos com pouca ou nenhuma escolaridade.

De acordo com a perspectiva de atuação voluntária dos universitários, o projeto pautou-se em um processo de formação acadêmica continuada que, no entender de Schuelter (2002), o trabalho voluntário, exercido por um aluno de nível superior, o faz agente transformador dos problemas da comunidade por intermédio da educação e agente de sua própria transformação, onde as capacitações são intencionalmente formatadas nos pressupostos do voluntariado além da alfabetização de jovens e adultos.

Como destaca Freire (1991, p.148): “Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou é marcado para ser educador. A gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.”

Dentro desta perspectiva, a coordenação do PAI buscou oferecer continuamente oficinas aos universitários alfabetizadores, que contemplavam a alfabetização propriamente dita, arte e cultura, cidadania e saúde, onde o objetivo é formar estes alunos multiplicadores dos conhecimentos existentes na universidade, colocando-os a serviço da comunidade.

Formado por um grupo de alunos, que juntamente com a coordenação do projeto participou de reuniões com a diretoria educacional da instituição com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre a Associação, suas diretrizes e filosofia; estes sujeitos também passaram por duas visitas ao espaço físico em questão, antes do início das aulas.

A pesquisa com os alunos universitários que participaram como voluntários no PAI na APAC: passou pela aprovação do Comitê de Ética da Universidade São Francisco, sendo que, o instrumento para a coleta de dados foi um questionário com questões abertas, revisado e autorizado pelo Comitê. Os alunos voluntários foram convidados a participar do estudo, ficando cientes do seu objetivo, sendo informados que ao aceitarem participar, assinariam um termo de consentimento.

O questionário foi aplicado em dia e horário agendados com os alunos voluntários, sendo as respostas transcritas e analisadas qualitativamente.

Tendo em vista as respostas dos questionários aplicados, em relação ao enfoque das implicações na formação de alunos universitários inseridos dentro de um trabalho voluntário, pode-se constatar que dois dos alunos, voluntários da APAC, já tinham tido experiência como voluntários e apenas um desenvolveu informalmente atividade como docente.

Um aluno voluntário respondeu sobre a questão acima da seguinte forma,

Aluno A:

Eu fazia parte do Projeto Parceiros do Futuro, da Secretaria de Saúde de São Paulo – Hospital das Clínicas, nas escolas estaduais aos sábados, como orientadora de educação sexual, pois era aluna do curso de Psicologia da UNIP, e a Secretaria procurou na Universidade, voluntários da área da saúde e me candidatei. A Secretaria da Saúde promovia palestras com os temas de orientação sexual onde, nós, voluntários, éramos multiplicadores das informações. Todo o trabalho realizado foi relatado e entregue à Secretaria da Saúde.

De acordo com os alunos voluntários na APAC, chama-se-lhes a atenção do trabalho voluntário ser realizado em um contexto diferenciado, ou seja, em uma instituição carcerária. Quando indagados sobre os ganhos pessoais e profissionais, adquiridos, os entrevistados ressaltaram o fato de conviverem com realidade tão distinta de outras, e o de se encontrarem uma vez por semana, atuando em uma cadeia. Isso tudo, trouxeram-lhes à luz reflexões sobre uma condição social considerada muitas vezes a mais marginalizada. As respostas sobre esta questão refletem estas considerações, a saber:

Aluno A

Sem dúvida. É indiscutível, apesar de tudo a gente só aprende. É gratificante, eu nunca vou conseguir passar para as pessoas o que eu aprendi no convívio com os reeducandos da APAC.

Aluno B

Com certeza, a experiência que você ganha como profissional atuando na área que você estuda é muito

A experiência de alunos universitários... - *Renata Bernardo*

oportuna, e pessoalmente você aprende a valorizar a vida que você tem vendo a realidade deles.

Aluno C

Sim. Como profissional, a experiência de professor me fez descobrir uma nova aptidão em mim mesmo, senti-me realizado, sabendo que era capaz de entrar em uma sala de aula e ser bem sucedido.

Aluno D

Ganhos pessoais tive ao encarar uma outra realidade, a realidade que eles vivem, você vê o outro lado do porquê da criminalidade, começa a entender por que estão nestas condições. São pessoas que nunca tiveram oportunidades na vida.

Schuelter (2002) ressalta que a integração entre as dimensões da formação profissional e a realização de trabalhos sociais, proporciona aos estudantes a aquisição de novos conhecimentos. O autor ressalta, ainda, que o universitário, através do trabalho voluntário, atua na transformação da realidade social da comunidade em questão, além de enriquecer seu currículo e sua formação acadêmica, pois o campo de atuação voluntária, através de projetos extensionais, apresenta-se também como área de pesquisa e extensão acadêmica.

Os universitários, ao serem questionados sobre o que entendiam em relação à realidade dos analfabetos brasileiros, com suas respostas mostraram que possuíam uma noção vaga da realidade destes sujeitos, porque na maioria delas colocaram que entendiam como uma pessoa que não sabia ler e escrever, ou apenas que sabiam escrever o nome, não se indagava sobre as implicações sociais que tal realidade poderia ter, adquirindo esta consciência mediante atuação no Projeto de Alfabetização e Inclusão.

Como elucidam as respostas abaixo,

Aluno A

Eu achava que faltava força de vontade das pessoas, eu não enxergava a realidade das pessoas. É bem diferente ver entrevistas, ouvir e depois participar desta realidade.

A experiência de alunos universitários... - *Renata Bernardo*

Aluno B

Uma pessoa que não tinha noção da leitura e escrita, só sabia escrever e ler o próprio nome.

Aluno C

Antes eu não refletia sobre as dificuldades que eles refletiam no dia-a-dia, os textos para redação que eu dei para o grupo da APAC, revelou os problemas e as frustrações deles, como exemplo, colocam a situação da procura por emprego, muitas vezes procuram trabalho e os lugares não aceitam analfabetos.

Aluno D

Uma pessoa que não sabia ler e escrever e tinha uma visão de mundo fechada.

Nesse sentido, Santos (2000) destaca que é preciso considerar a peculiaridade destes educandos, onde se encontram à margem da sociedade em todos os níveis, econômicos, culturais, e também no aspecto afetivo possuem carências que devem ser consideradas no processo ensino-aprendizagem.

Outras questões colocadas indagaram a capacitação, pela qual, esses alunos passaram para atuarem no projeto e na peculiar modalidade de ensino que é a educação de jovens e adultos, sendo indagados também sobre a aplicação do material didático oferecido. Esses alunos universitários colocaram que, apesar da capacitação oferecida pela universidade ter sido de grande valia para o desenvolvimento do projeto, sentiram falta de um acompanhamento pedagógico mais efetivo no que diz respeito às metodologias e sua aplicação, apenas um aluno procurou aprofundar-se e pesquisar sobre o tema, a educação de jovens e adultos. Como apontam as respostas a seguir, advindas das respectivas perguntas:

Questão: Como foi o seu aprendizado mediante à Capacitação oferecida pela USF?

Aluno A

Foi boa, consegui assimilar apesar de não ter sido completa, deu uma noção de como atuar, de como é o processo.

A experiência de alunos universitários... - *Renata Bernardo*

Aluno B

Foi bom, mas faltou um pouco mais de técnicas para dar aula, mais metodologias, para nós que nunca demos aula.

Aluno C

Acho que foi muito importante, pois nunca tinha tido uma formação para professor, foram os alicerces da atividade desenvolvida.

Aluno D

Pouca, deveria ter sido mais abrangente. Tem que ser muito capacitado para alfabetizar pessoas.

Questão: Você acredita que somente a capacitação é suficiente?

Aluno A

Não. Eu acho que a gente precisa buscar sempre mais, novos conhecimentos, novas metodologias em qualquer área.

Aluno B

Não. Depende também do voluntário ir atrás.

Aluno C

Não. É o primeiro passo, depois são necessárias mais capacitações para desenvolver melhor a atividade docente.

Aluno D

Não.

Questão: Como você avalia o material didático oferecido pela Secretaria da Educação do Estado?

Aluno A

Eu achei meio complexo, por eles serem adultos. É diferente alfabetizar crianças e adultos. Deveria ser mais próximo da realidade do adulto, melhor elaborado.

Aluno B

É bom, mas é muito fechado, é somente aquilo e mais nada.

Aluno C

Apesar de não conhecer outros materiais, somente a cartilha, a qual fui alfabetizado, achei os livros bons e completos.

Aluno D

O material foi bom! A classe era mista, alguns já sabiam um pouco mais, então este material não parecia suficiente; para os outros que não sabiam nada, o material era muito bom.

Neste contexto, Piconez (1995), chama a atenção para a fragilidade da formação do professor da educação de jovens e adultos, como fator relevante, pois muitas vezes estes docentes aprendem junto com os alunos, sendo que na prática da alfabetização de jovens e adultos as dificuldades de colocar em prática os princípios político-pedagógicos do gênero aparecem no próprio cotidiano.

A formação e o papel do professor, devido sua importância no processo ensino-aprendizagem, mostram-se elementos chaves para análise e compreensão da complexidade que a educação de jovens e adultos apresenta em suas implicações.

Nas discussões relacionadas à prática dos educadores, aponta-se e analisa-se a retomada da necessidade da articulação entre o pedagógico e o político na ação educativa que aproxima da realidade da escola; que as teorias de atuação transformadora da realidade ultrapassem os discursos e se concretizem nas relações pedagógicas de professores e alunos (TALAVERA, 1994; ALMEIDA, 1998). Sobre o fazer pedagógico, esses autores ressaltam que, o que caracteriza a prática de um bom professor mediante estes preceitos, é a articulação entre as dimensões política, técnica e humana, não somente a aplicação incondicional de uma teoria.

Focalizando a formação dos docentes, é visto que apesar dos poucos recursos que os professores possuem para sua formação, eles se mostram interessados em melhorar sua prática através do aprendizado das diversas teorias. Alguns são autodidatas, porém não constroem um conhecimento mais elaborado, tanto para si mesmos

quanto para a suas práticas. É visto que se faz necessário enfatizar, na formação do professor, o diagnóstico da clientela que atua, sendo incentivado à investigá-la e analisá-la, pautado em linhas teóricas para desta forma, transformar suas ideias e consequentemente a realidade em que atua.

Nesse sentido, Abrantes (1991, p.189), destaca que:

Na perspectiva de se concretizar a vinculação da teoria com a prática, aponta-se a necessidade de os processos de capacitação trabalharem com a descrição, pelos professores, das atividades que realizam e, após, eles mesmos procurarem buscar elementos teóricos que expliquem e possam permitir-lhes entender melhor as opções metodológicas que fazem. As observações que se vêm fazendo sobre formas de capacitação podem mesmo nos fazer assegurar que o professor só muda sua prática quando ele passa por esse processo: analisa a prática, identifica e avalia a teoria que a sustenta.

Nesse sentido, a proposta de atuação na educação de jovens e adultos se dá através da reflexão sobre e na ação docente, para a formação de um adulto com competências múltiplas, com a capacidade e sensibilidade para aprender. A prática docente do professor de EJA é uma oportunidade de experimentar, 363 uma nova perspectiva de atuação promotora de mudança em relação à postura diante a educação (MONTEIRO, 1998).

A fragilidade da formação do professor, que, por vezes, precisa aprender junto com os alunos, bem como a dificuldade de colocar em prática os princípios político-pedagógicos defendidos pela Educação de Jovens e Adultos, por falta de uma construção coletiva dos mesmos, mostra-se como mais um dos elementos a ser considerado na formação destes professores (PICONEZ, 1995). Outro ponto ressaltado pelo autor é a inexistência de estudos sobre jovens e adultos nos cursos de formação de professores, seja em nível médio ou superior. As próprias Faculdades de Educação começam a se dar conta nos últimos anos de que seus currículos não contemplam estudos sobre a problemática do analfabetismo, bem como da educação não-formal ou da educação de jovens e adultos, assuntos estes tratados, muitas vezes, como matéria espúria, com seu desenvolvimento caracterizado como tarefa de perspectiva

assistencialista e filantrópica, e não na perspectiva de um direito de cidadania.

Diante um projeto, caracterizado por uma política pública, os alunos foram indagados sobre como viam a iniciativa do governo Estadual em implantar tal proposta, sendo eles co-participantes deste processo. Dois deles acreditam que é muito bom que o governo se interesse pelo tema, assim garante o direito do cidadão de aprender a ler e escrever. Os outros dois alunos acreditam que além de o governo lançar o projeto, deve-se, ainda, empenhar mais na sua continuidade, fornecendo subsídios para a obtenção de resultados por longo prazo.

Devido o projeto ocorrer em uma instituição carcerária, trouxe questões que foram postas aos entrevistados relatando sua experiência e mostrando fatores relevantes para o estudo. Como mostram as respostas, seguidas de suas respectivas perguntas:

Questão: Como você vê a questão da inclusão no Projeto?

Aluno A

É questionável o que se quer dizer com inclusão. Depende da realidade que a gente está atuando, se estas pessoas terão a oportunidade de se incluir realmente na sociedade. A inclusão deveria ter um objetivo bem mais claro.

Aluno B

No caso da APAC, se restringiu a alfabetização, que seria a inclusão para eles no futuro. Com a alfabetização, a pessoa se sente mais à vontade na sociedade, ajudando a arrumar emprego e a viver melhor! São válidas as outras atividades para formar todas as noções nas pessoas como Cultura Popular, Higiene.

Aluno C

Acho que é válida, embora na APAC, não se trabalharam muitas outras atividades, pelo fato da instituição já oferecer muitos recursos aos reeducandos.

Aluno D

Eu acho importante, é uma iniciativa dentro do programa que tem que dar certo, mas acredito que é

A experiência de alunos universitários... - *Renata Bernardo*

preciso pessoas capacitadas para isto, nem se fosse preciso o governo investir nestes profissionais.

Questão: Como foi a reação de seus familiares e amigos aos saber que você estava sendo voluntário na APAC?

Aluno A

Foi de espanto. Acharam que eu era louca, tinham medo. Entrar em uma cadeia cheia de bandidos. E quando houver uma rebelião?

Aluno B

A partir do momento que eu aceitei e falei, acharam super interessante, um desafio e a partir do momento que visitei a APAC, me senti muito segura, e através do meu relato, da impressão que tive sobre o lugar, todo mundo me apoiou, somente no primeiro momento minha mãe teve receio, depois sentia orgulho de eu falar das aulas, de como eram as pessoas lá dentro, os reeducandos. A forma como eram tratados, eram muito curiosos para saber como era lá.

Aluno C

A princípio ficaram apreensivos, principalmente minha esposa, depois que eu vi e lhe falei que lá era tudo muito organizado e disciplinado, ela, meus filhos e parentes foram aceitando a ideia.

Aluno D

Minha mãe achou legal, meu pai achou meio estranho e os amigos acharam muito legal.

Questão: Como está sendo a experiência de ser voluntário na APAC?

Aluno A

É uma experiência única, muito boa, a primeira turma me deixou muito contente, superei as expectativas sobre mim mesma, e a cada dia eu cresço cada vez mais.

Aluno B

Foi muito bom e prazeroso, mas eu me sentia muito insegura em relação à didática, se eles estavam aprendendo, se eu estava tendo um bom desempenho, fazendo um bom trabalho. Será que eu estou ajudando eles? Sempre me questionava.

Também me sentia super à vontade lá dentro, não me sentia em uma cadeia, me sentia em uma sala de aula normal. Quando entraram as férias falei que se Deus quiser voltaria a dar aula e um reeducando falou que era ele que não queria estar lá. Quando algum aluno saía para trabalhar, sentia muito em deixar as aulas. E estavam lá porque queriam mesmo aprender e eu percebia bastante a carência de atenção deles, se sentiam mais apoiados quando ensinava algo que não entendiam. E eles comentavam quando liam os textos escritos por eles para a família no dia de visita, e quando liam para os colegas de cela. Eles valorizavam o nosso trabalho, alguns com palavras como "A senhora ajuda muito" outros demonstravam apenas com o olhar.

Aluno C

Eu acho que foi muito enriquecedora, porque eu senti de perto os problemas sociais que envolvem os presidiários, que percebi que vem de uma estrutura familiar falha, pessoas que muitas vezes não tiveram família, são filhos de mãe solteira, às vezes são filhos de pais que se envolveram em atos ilícitos, poucos têm escolaridade, sendo esta uma porta aberta para a marginalidade.

Eu senti que durante as aulas eles têm interesse em aprender e ser alfabetizado e entender melhor o que esta nos noticiários, e muitas coisas eles não entendem, como por exemplo, alguns me perguntavam o que era PIB, outros índices econômicos, o porquê da guerra do Iraque, os atentados terroristas, sobre a faixa de Gaza, até desenhei um dia o mapa na lousa, para explicar, me senti dando aula de Geografia pura, eles ouvem dizer as coisas e não entendem, a leitura de mundo é muito pequena, mas a curiosidade é grande para saber sobre os assuntos.

A experiência foi muito gratificante, se eu tivesse mais tempo eu daria mais aulas na APAC, e digo sempre que

A experiência de alunos universitários... - *Renata Bernardo*

para todos aqueles que querem ser voluntários, vale a pena, e é muito enriquecedor para o ser humano passar por esta experiência.

Aluno D

Foi boa. O que eu não gostei, foi da experiência de dar aula, não pelo lugar, mas por ser tímida eu me senti travada.

De acordo com Rusche (1995), os programas de educação direcionados a adultos presos, têm como objetivo geral criar condições para o desenvolvimento da aprendizagem para o exercício da cidadania, de forma crítica e participativa, estimulando e conscientizando-os da importância dos estudos para suas vidas. Desta forma, no relato dos entrevistados, os reeducandos da APAC, se interessavam muito pelas aulas, fazendo perguntas sobre palavras, termos que não conheciam, ressaltando sempre que “você nos ajuda muito”, ou seja, os voluntários percebiam através do interesse dos detentos, que estes valorizavam o trabalho que estava sendo desenvolvido, participando com responsabilidade das aulas.

A assiduidade dos alunos nas aulas, também foi citada pelos universitários nas entrevistas, onde a desistência e saída dos detentos foram registradas sob o motivo de aquisição de trabalho, isto porque na instituição, o reeducando que consegue vaga para trabalho possui remição de pena, além de remuneração, mostrando-se mais atrativo para o detento. Muitas vezes não conseguem conciliar trabalho e estudo, além disso, outros saíram das aulas porque receberam liberdade, o processo judicial foi cumprido, promovendo a sua libertação, desta forma, esses alunos foram orientados a procurarem os cursos oferecidos pelo município para darem continuidade aos estudos.

Como enfatiza Português (2001), um entrave encontrado no desenvolvimento de um processo escolar nas prisões, refere-se à assiduidade já citada, pois na maioria das vezes a frequência não é obrigatória, tendo como justificativas as ausências de caráter jurídico, médico e de trabalho, onde a proposta de uma atividade remunerada e que traga remição de pena, mostra-se mais atraente para eles.

As implicações de um trabalho voluntário por alunos universitários em uma instituição carcerária, através destes dados

obtidos, mostraram que as experiências vividas por esses alunos, trouxeram-lhes mudanças em suas concepções sobre a realidade social de sua comunidade. Tudo isso, acabou por promover, também, elementos complementares para sua formação profissional e acadêmica, bem como indicou as possibilidades e limites encontrados no desenvolvimento de um projeto de extensão acadêmica com caráter comunitário em um contexto diferenciado.

A implantação de um projeto especial, com alunos com características extremamente diferenciadas, certamente apresenta problemas quanto a sua operacionalização, encaminhamentos e funcionamento.

Perante o contexto apresentado, a educação de jovens e adultos mostra-se diante uma realidade pertinente de análises, ou seja, a educação de presos que é apresentada como mola-mestra para a recuperação de indivíduo que encontra-se duplamente excluído: analfabeto e encarcerado.

Para tanto, é necessário considerar o que menciona, Português (2001, p. 360):

Presente desde os primórdios da prisão, a educação é arrolada como atividade que visa a proporcionar a reabilitação dos indivíduos punidos. Contudo, considerando que os programas da operação penitenciária apresentam-se de forma premente a fim de adaptar os indivíduos às normas, procedimentos e valores do cárcere – afirmando, portanto, aquilo que se tornou o fim precípua da organização penitenciária: a manutenção da ordem interna e o controle da massa carcerária – quais são as possibilidades para uma “educação autêntica, que não descuide da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito.

Dentro desta perspectiva, o mesmo autor destaca que, a educação nas cadeias é vista como instrumento para manutenção e controle da ordem, dentro de uma condição de abafamento e ou anulação da identidade do indivíduo. Diante da realidade destas instituições no âmbito educacional, tem-se um quadro no qual o indivíduo punido organiza sua vida prisional de acordo com uma conduta que tem por base a aquisição de concessões, onde sendo um “bom preso”, agindo coerentemente às “leis” do sistema em

que está inserido, obtém benefícios, caso contrário, tais concessões são negadas. Desta forma, Salla (1993) observa que existem inúmeras dificuldades no desenvolvimento efetivo de um programa de educação, em presídios, se os indivíduos estiverem ligados ao esquema de funcionamento da prisão.

Por outro lado, a escola dentro destas instituições apresenta-se como um espaço que desenvolve uma série de potencialidades humanas promovendo o crescimento pessoal do indivíduo enquanto sujeito, que se reflete na coletividade, tais como a autonomia, crítica, criatividade, reflexão, sensibilidade, participação, diálogo, estabelecimento de vínculos afetivos, troca de experiências, pesquisa, respeito, tolerância, características estas pertencentes à proposta de uma educação para jovens e adultos (PORTUGUES, 2001)

De acordo com Rusche (1995), os programas de educação direcionados para adultos presos devem apresentar os seguintes objetivos: a) criar condições para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos de forma participativa e crítica; b) desenvolver as potencialidades dos alunos, preparando-os para o exercício pleno da cidadania; c) estimular e conscientizar os alunos para a importância dos estudos, buscando alternativas atrativas para a participação.

Pautando-se nestes objetivos, Português (2001) considera que o fazer pedagógico está no espaço de sala de aula, tendo em vista, a prisão, ou seja, será neste espaço de "sala de aula" que as possibilidades da metodologia se desvinculam do esquema disciplinar, para vincular-se às atividades educativas, no que se refere nas relações estabelecidas entre os alunos e educadores, na participação individual e em grupo nos trabalhos, nos debates, nos questionamentos e conteúdos, diferenciando este espaço da técnica penitenciária.

Outro entrave mencionado pelo autor, encontrado no desenvolvimento de um processo escolar nas instituições carcerárias, é a assiduidade dos detentos nas aulas, isto porque ocorre sempre uma quantidade razoável de faltas, principalmente nos locais em que a frequência não é obrigatória, sendo justificativas para as ausências, no que incide nos atendimentos de ordem jurídica, médica e social, e, principalmente, no trabalho. Apesar de ser direito dos alunos serem dispensados para as aulas, em momentos em que é necessário aumentar a jornada de

trabalho dos presos, não há concessão, ocorrendo então a opção dos mesmos pelas oficinas que, além da remuneração, possibilita a remição de pena.

As iniciativas dentro das instituições carcerárias, para que se firme uma realidade de reabilitação e reinserção social, denotam as características de um processo trabalhoso e que demanda a ampliação e implantação de políticas públicas e parcerias com a sociedade.

Como relata Goulart (2004), a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), dentro do Programa de Educação Popular (PEP), teve a participação de estudantes do seu curso de Serviço Social, que ficaram no período de dois anos e meio em um trabalho voluntário. Realizaram encontros com os presos, bem como triagem de suas necessidades, visando encaminhá-los para advogados, psicólogos e outros atendimentos. Por meio de atividades em grupo, trabalhou-se a progressão do regime carcerário, com o intuito de preparar os presos para a liberdade, com condições de retomada ao convívio familiar e social.

As implicações, possibilidades e limites, assim como a operacionalização dos segmentos na realidade carcerária, levam a um desafio, que demanda estudo, pesquisa, culminando na construção de uma análise efetiva que aponte caminhos para uma educação para jovens e adultos dentro deste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante conceituações sobre a Educação de Jovens e Adultos, em foco a alfabetização, suas implicações e perfis, bem como sobre o voluntariado universitário e as características de uma educação em uma instituição carcerária, a pesquisa apontou elementos relevantes para temática.

As respostas obtidas, pelas entrevistas realizadas com os universitários na alfabetização de adultos presos da Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC), ressaltaram os aspectos deste gênero educacional no referido contexto.

Como pensa Linderman (2001), o ato de apresentar-se como voluntário tem como significação a valorização pessoal, onde o indivíduo assume uma responsabilidade social, promovendo realização no âmbito profissional e pessoal.

A exigência de um projeto político pedagógico adequado às necessidades de adultos pouco escolarizados não pode mais ter sua gestão elaborada em gabinetes administrativos e, sim, ser uma construção conjunta e combinada à pesquisa na sala de aula (PICONEZ, 1995).

A capacitação enquanto formação do professor alfabetizador necessita ser um processo continuado e aperfeiçoado, que no entender de Abrantes (1991), na perspectiva de se concretizar a vinculação da teoria com a prática, aponta a necessidade de os processos de capacitação trabalharem com a descrição, pelos professores, das atividades que realizam, para que desta forma procure-se firmar o exercício da ação e reflexão, originando o aperfeiçoamento das metodologias aplicadas no processo de ensino aprendizagem na educação de jovens e adultos.

Tendo a APAC como foco de pesquisa na aplicação do Projeto de Alfabetização e Inclusão e considerando que segundo Santos (2000), os alfabetizados adultos são um público específico onde os aspectos socioeconômicos e culturais mostram-se, muitas vezes, elementos acentuados que compõem o processo de ensino-aprendizagem destes alunos, trazendo à superfície o contexto carcerário. O educando da APAC encontra-se duplamente marginalizado, ou seja, na condição de cárcere e enquanto analfabeto.

Cabe lembrar que a pesquisa realizada mostra a movimentação das esferas governamentais, visando a modificação da realidade do analfabetismo no país. Para isso, implementam políticas públicas, lançando programas que firmam parcerias com a sociedade civil, permitindo questionar até que ponto tais parcerias podem promover benefícios para a clientela em questão, ou como acontecem estas parcerias e de que maneira se dá esta operacionalização.

Trazendo o foco à educação em instituições carcerárias, a pesquisa encontrou várias dificuldades devido à escassez de bibliografias e pesquisas que abordem o tema, encontrando lacunas no que se referiu ao estudo da implantação de projetos educacionais e da educação propriamente dita neste contexto.

Desta forma, o tema apresenta-se como uma reflexão da aplicação de uma iniciativa pública em parceria com uma instituição de ensino superior privada, no âmbito de uma associação carcerária, referendando as implicações de um gênero da educação não-formal, suas possibilidades, limites e contrapontos de uma realidade duplamente acentuada no que se refere na exclusão social.

ABSTRACT

The objective was to identify the possibilities and limits of the implementation of the Literacy and Inclusion Project (PAI), the Association of Protection and Care prison (APAC), by the performance of students at the University San Francisco as volunteers in literacy and youth adults. Participated in the study the four volunteers who were university professors in the institution literacy prison. We used a questionnaire with open questions relating to aspects of the program implemented. The guided questions in the education of young people and adults in the volunteer work done and the implications of both in the prison. Through the data collected the responses, there was a qualitative analysis, which returned to characterize the profile of the volunteer teacher, the university student in adult and youth education, and on the implementation of public policy in the prison.

Key words: adult and youth education; Institutions Jail, PAI (Projeto of literacy and inclusion)

RESUMEN

El objetivo fue identificar las posibilidades y los límites de la aplicación de la alfabetización y la inclusión del proyecto (PAI), la Asociación de Protección y Cuidado de la cárcel (APAC), por el desempeño de los estudiantes en la Universidad de San Francisco como voluntarios en la alfabetización y la juventud adultos. Participaron en el estudio de los cuatro voluntarios que fueron profesores universitarios en la institución de alfabetización de la cárcel. Se utilizó un cuestionario con preguntas abiertas relacionadas con los aspectos del programa ejecutado. La guía preguntas en la educación de jóvenes y adultos en el trabajo voluntario realizado y las implicaciones de ambas en la prisión. Los datos recogidos a través de las respuestas, hubo un análisis cualitativo, que volvió a caracterizar el perfil de los docentes voluntarios, la estudiante universitaria de adultos y la educación de los jóvenes, y sobre la aplicación de la política pública en la prisión.

Palabras clave: educación de adultos y jóvenes; instituciones cárcel, PAI (projeto de la alfabetización y la inclusión).

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Wanda Medrado. *A didática da educação básica de jovens e adultos: uma construção a partir da prática do professor*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado) – PUC-RJ.
- ALMEIDA, José Luiz V. de. *A questão pedagógica da educação popular: uma análise da prática educativa da educação popular – décadas de 60 a 80*. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.
- ALMEIDA, Laurinda R. de. *O Projeto Noturno: incursões no vivido por educadores e alunos de escolas públicas paulistas que tentaram um jeito novo de caminhar*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) – PUC – SP.
- ARROYO, M. G. Educação e Exclusão da cidadania. In: BUFFA, E. (Org.) *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2002. v. 19. p. 79.
- BRAGANÇA PAULISTA. *Estatuto da Associação de Proteção e Atenção Carcerária*. 1999.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- CINFA, Célia Regina de Lara. *A importância das relações interpessoais na educação de adultos*. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.
- COLTRO, Deborah F. Pires. *Professor do curso noturno de primeiro e segundo graus: trajetória escolar, atuação profissional e concepções acerca do ensino noturno*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP.
- CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 7, 2003, São Paulo. *Teorias e Práticas – Imagens e Projetos*, UNESP.
- FERRAZ, Marilene de Carvalho. *O curso noturno, o aluno-trabalhador e o conhecimento escolar, na visão dos professores*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado) – UFPE.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*/Paulo Freire. Autores Associados: Cortez, São Paulo, 1986.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*/Paulo Freire. Paz e Terra Ed., São Paulo. 1996.
- FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

A experiência de alunos universitários... - Renata Bernardo

GIUBILEI, Sônia. *Trabalhando com adultos, formando professores*. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) – Unicamp.

GOULART, Patrícia. *Trabalhando no presidio*. Comunitárias, Brasília, Abril Junho – 2004. ABRUC, Ano IX, nº 30.

GUIDEÇCI, Rosangela Cristina. *A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos: desacertos, tentativas, acertos...* São Carlos, 1996. Dissertação (Mestrado) – UFSCar.

HADDAD, Sérgio (coord.). *Educação de jovens e adultos no Brasil (1986 – 1998)*. Brasília: Inep/Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento, 8).

MONTEIRO, Alexandrina. *Etnomatemática: as possibilidades pedagógicas num curso de alfabetização para trabalhadores rurais assentados*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado) – Unicamp.

OZELAME, Beloni. *Alfabetização de adultos: idéias centralizadoras e organizadoras*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado) – PUC – RS.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. *Educação escolar de adultos: possibilidades de reconstrução de conhecimentos no desenvolvimento do trabalho pedagógico e suas implicações na formação de professores*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) USP.

PRADA, Luis Eduardo Alvarado. *A formação em serviço de docentes de adultos*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) – Unicamp.

RUSCHE, Jesus Robson (org.). *Educação de adultos presos: uma proposta metodológica*. São Paulo: Funap, 1995.

SALLA, Fernando Afonso. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

SCHNECKENBERG, Marisa. *A Relação entre Política Pública de Reforma Educacional e a Gestão do Cotidiano Escolar*. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 113-124, fev./jun. 2000.

SCHUELTER, Cibele C. *Trabalho Voluntário e extensão universitária*. Episteme, Santa Catarina, v.9, n. 26/27, p. 217-236, mar./out. 2002.

TALAVERA, João Roberto. *Uma experiência educacional em (sob) Novo Horizonte: os desencontros dos bem-intencionados "agentes de transformação"*. Campo Grande, 1994. Dissertação (Mestrado) – UFMS.

Recebido em abril de 2010

Publicado em agosto de 2010